

Os Limites da Intervenção do Estado



Paulo Francini



Gonzaga Belluzzo



Andrea Calabi

Empresários: Estado é mau administrador

Já o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, professor da Unicamp, entende que mais importante do que a discussão sobre privatizar ou estatizar é o imenso desequilíbrio de forças na estrutura do Estado. A constatação mais decepcionante do curto período em que assessorou o Governo, como integrante da equipe econômica do ex-ministro Dilson Funaro, foi que o Estado brasileiro está absolutamente dominado pela representação das classes proprietárias dos meios de produção, em prejuízo dos demais segmentos da sociedade.

Enfatizou que é esse desequilíbrio — e não o tamanho do Estado — o principal causador das angústias nacionais. Ele até admite ser possível a ampliação do espaço de privatização na economia, mas essa questão, por ser essencialmente po-



Carlos Lessa

lítica, não pode ser resolvida pelo lado unicamente técnico, a partir dos padrões frios da racionalidade formal.

Afirmou Beluzzo que os interesses da iniciativa privada esmagam completamente os demais interesses, que deveriam estar representados na organização do poder. A ditadura militar contribuiu decisivamente para acentuar essa deformidade, surgindo daí o espírito corporativista que se enraizou no País. Mas, para ele, “esse ranço que ainda hoje entrava as mudanças reclamadas pela sociedade foi uma espécie de defesa dos trabalhadores contra a supressão da democracia”, completou.

Por sua vez, o professor Carlos Francisco Lessa, diretor do BNDES, foi uma espécie de voz isolada em meio ao bombardeio privatizante em que se transformou o seminário. Para ele, na verdade,

ainda há-espço para o Estado ocupar, seja como promotor do desenvolvimento, e, principalmente, como responsável pelo bem-estar social.

Longe de ser considerado grande, o Estado brasileiro, para Lessa, é "atrofiado" no aspecto dos serviços sociais que tem o dever de prestar à comunidade. No lado empresarial, sua intervenção, conforme o diretor do BNDES, não é diferente da que ocorre na maioria dos países, inclusive a Europa.

Para ilustrar, citou que a máquina estatal brasileira compromete apenas 20% do PIB, contra 33% dos Estados Unidos, 27% da Espanha, 47% da Itália, 43% da Suécia e 55% da Holanda. Lessa vê o Estado brasileiro com três faces: uma moderna e produtiva, com empresas modelares como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Caixa Econômica, a Eletrobrás, etc; outra representada pelos serviços públicos (energia, água, telefone), de funcionamento regular e a última, representada pela ação social, seria o vilão da história. Aí é que ocorreriam, conforme frisou, o atraso, o clientelismo, a corrupção e as mazelas do poder.

Elite domina Estado

Na opinião do secretário do Tesouro Nacional, Andréa Calabi, o limite da intervenção do Estado é a realidade orçamentária do País. O déficit terá de ser reduzido de 6,2 para 3,5% a qualquer custo e isto passa necessariamente pela eliminação de empresas estatais deficitárias, pela retirada do Estado de atividades que não lhe competem e pela racionalização e eficiência dos serviços públicos.

Para o vice-presidente da Fiesp, Paulo Francini, o Estado brasileiro "é um grande clube de assistência aos associados", ou uma "banca de favores" a serviço de um grupo de privilegiados. Pequeno ou grande, para ele, esse aparelho é um "bicho papão, pois não tem alma boa e seu desempenho é caracterizado por forte injustiça social". Reconheceu que as distorções do Estado acentuaram-se durante a ditadura, mas a Nova República nada fez para modificar a situação: "É uma estrutura de poder tão autoritária como a anterior, escondida sob a aparência de democrática".

Chamou também atenção a comparação feita por outro vice-presidente da Fiesp, o empresário Daniel Sahagoff, para



José Serra



Jorge Johannpeter



Sérgio Zandron

Para os empresários, o Estado é um grande clube de assistência. E o clientelismo e a corrupção são os filhos espúrios do Poder. Em consequência, o país não tem política alguma, nem agrícola, nem industrial ou social.

quem o Estado está vivendo em regime de concubinato com a iniciativa privada e aumentando o abismo econômico no País. Para ele, deve ser rompida essa relação ilícita e o Estado recompor seu casamento legítimo com a sociedade. Isso se daria com a redução da ação governamental às suas funções precípua, como educação, saúde e segurança.

Que espaço ocupar?

Segundo o vice-presidente do BNDES, Sérgio Zandron, a necessidade de privatização, é um determinante muito mais técnico do que ideológico, se o País quiser se modernizar e desenvolver sua economia. O setor produtivo estatal, que realiza 80% das importações, registrou um déficit de 2,6% em 86, enquanto o setor privado, que responde por 70% das exportações brasileiras, é altamente superavitário e moderno. Ele vê pelo menos 20 alternativas de privatização imediata que o Brasil poderia adotar, além de transformar grandes estatais em empresas de economia mista.

O presidente do Grupo Gerda, Jorge Johannpeter, um dos mais fortes do País, acha que "o Brasil não pode brincar de ideologia numa questão tão séria" e entende que o País só chegará à plena democracia quando o poder for descentralizado em duas direções: no aspecto político, com a legitimidade e a representatividade; no campo econômico, desonerando o Estado, reduzindo sua presença deficitária e ineficiente. Para ele, o Governo faz uma concentração criminosa da poupança que deveria estar gerando riquezas e empregos.

Para o Deputado José Serra (PMDB-SP), a atuação do Estado está diretamente vinculada ao déficit incontrolável do País, pois há uma verdadeira desordem nos investimentos públicos. Cada setor quer puxar a brasa para seu lado, como se fossem departamentos estanque e não partes de um todo estatal. Em consequência, o País não tem política de coisa alguma, nem agrícola, nem industrial ou social; as obras iniciadas (só em São Paulo quatro hidroelétricas do Governo Maluf estão paradas) posteriormente são interrompidas por erros constatados e nada acontece. Ao lado disso, soma-se o corporativismo exacerbado, presente inclusive na Constituinte, tornando o Estado um provedor de orçamentos sem fontes, consequentemente, um mau administrador.